



Faculdade de Direito da UFMG

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

Versão Curricular: 2022/2

Código e Nome da disciplina: DIP056 TÓPICOS EM DIREITO CONSTITUCIONAL
C – Educação em Direitos Humanos: Coronelismo, Enxada e Voto

Tipo: () Obrigatória (x) Optativa

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2

Período: não se aplica

Pré-requisitos/conhecimentos prévios: não se aplica

Ementa

Possibilitar o exame e a análise crítica do processo histórico da construção e afirmação dos direitos humanos, assim como os fundamentos políticos, ideológicos, culturais, científico-filosóficos, do processo de concretização principiológica, no contexto do regime político-institucional brasileiro, assim como do processo de concretização institucional brasileiro. Construção e consolidação da Democracia e de representações legítimas sob a perspectiva do exercício da cidadania no Brasil, de 1930 a 1988, considerando-se as diversas dimensões do processo histórico. Acesso à Justiça. Acesso à Justiça como Política Pública no Estado Constitucional. Compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais a partir de uma visão humanitária da educação em direitos humanos, atualizada ao mundo e à tarefa social do direito, bem como desenvolver a habilidade do discente quanto a um posicionamento ético e crítico do Direito, superando, assim, concepções meramente dogmáticas. Direito civil e Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Direito à vida. Direito à integridade física. Direito ao corpo e às suas partes. Direito ao cadáver. Direito à imagem. Direito à voz. Direito à liberdade. Direito à intimidade. Direito à integridade psíquica. Política de gênero e orientação sexual. Direito ao segredo. Direito à identidade. Direito à honra. Direito ao respeito. Direito às criações intelectuais. Violação de direitos da personalidade, responsabilidade civil e enriquecimento sem causa.

Unidades de Ensino

• Unidade de Ensino 1

Direito civil e Constituição Federal de 1988.

• Unidade de Ensino 2

Constitucionalização do direito civil.

• Unidade de Ensino 3



Faculdade de Direito da UFMG

Natureza. Direito à vida.

- **Unidade de Ensino 4**

Direito à integridade física.

- **Unidade de Ensino 5**

Direito ao corpo e às suas partes.

- **Unidade de Ensino 6**

Direito ao cadáver.

- **Unidade de Ensino 7**

Direito à imagem.

- **Unidade de Ensino 8**

Direito à voz.

- **Unidade de Ensino 9**

Direito à liberdade.

- **Unidade de Ensino 10**

Direito à intimidade.

- **Unidade de Ensino 11**

Direito à integridade psíquica.

- **Unidade de Ensino 12**

Política de gênero e orientação sexual.

- **Unidade de Ensino 13**

Direito ao segredo.

- **Unidade de Ensino 14**

Direito à identidade.

- **Unidade de Ensino 15**

Direito à honra.

- **Unidade de Ensino 16**

Direito ao respeito.



Faculdade de Direito da UFMG

• Unidade de Ensino 17

Direito às criações intelectuais.

• Unidade de Ensino 18

Violação de direitos da personalidade, responsabilidade civil e enriquecimento sem causa.

COURSE OUTLINE

Examination and critical analyses of the construction and affirmation process of human rights, as well as the political, ideological, cultural, scientific and philosophic foundations of this principle-related concretization process, in the context of Brazil's political and institutional regime.

Construction and consolidation of Democracy and legitimate representation, taking into account citizenship rights and activities in 1930 to 1988's Brazil, as well as the many dimensions of the historical process.

Access to the Justice System as a Public Policy on a Constitutional State.

Interdisciplinary understanding of the juridical phenomenon, as well as of social change, under a humanitarian vision of human rights' education: one that is up to date with the world and law's social task.

This course also aims at developing the student's ability to take an ethical and critical stand before the law, overcoming dogmatic conceptions.

Case study: Personality rights

Civil Law and 1988's Constitution. "Constitutionalization" of Civil Law. Nature. Right to Life. Right to Bodily Integrity. Rights of the deceased. Image rights. Voice rights. Right to freedom. Privacy rights. Right to Psychological integrity. Gender and sexual orientation policy. Right to Secrecy. Right to Personal Identity. Honor protection. Right to respect. Intellectual property rights. Violation of personality rights and civil liability. Right to respect. Intellectual property rights. Violation of personality rights and civil liability.

Bibliografia básica

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. Nova Fronteira, 1997.

ÁVILA, Humberto. Teoria da Segurança Jurídica - 4ª Ed. Malheiros, 2016.

BACHOF, Otto. Normas constitucionais inconstitucionais. [Tradução José Manuel M. Cardoso da Costa]. Coimbra: Atlântida, 1977. 92 p.

Bibliografia complementar

ALEIXO, José Carlos Brandi. O Voto do Analfabeto. São Paulo: Loyola, 1982.



Faculdade de Direito da UFMG

- ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Trad. Garzón Valdés. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
- AUSTIN, John. Sobre la utilidad del estudio de la jurisprudencia. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 1981.
- CAMPOS SILVA, Adriana; MORAIS, Manoel R. . O paradoxo dos "Direitos Humanos": uma aproximação a partir do constructo filosófico Lima-Vaziano. In: Henrique Rodrigues Lelis; Eloy Pereira Lemos Junior; Carla Ribeiro Volpini Silva. (Org.). Globalização, organizações internacionais e proteção internacional dos direitos humanos. 1ed. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2020, v. 1, p. 225-267
- CAMPOS SILVA, Adriana; OLIVEIRA, Márcio. Luís de ; FERREIRA, Raphael. R. . Considerações acerca da (i)legalidade do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, quanto à regulamentação do acordo de leniência. In: Cristiana FORTINI, Fabiano Teodoro LARA, Marcelo Andrade FÉRES. (Org.). Estado e Empresa. 1ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2020, v. 1, p. 309-324.
- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Direito, política e filosofia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007
- _____. "Teoria discursiva da argumentação jurídica de aplicação e garantia processual jurisdicional dos direitos fundamentais
- FREITAG, Bárbara. Itinerários de Antígona: A questão da moralidade. Campinas: Papyrus, 1992. 308 p.
- HESSE, Konrad. A força normativa da constituição. [Tradução Gilmar Ferreira Mendes]. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1991.
- HOFFE, Otfried. Justiça Política: fundamentação de uma filosofia crítica do direito e do estado. [Tradução Ernildo Stein]. Petrópolis: Vozes, 1991. 404 p.
- GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método. Salamanca: Ségueme, 1991.
- GALEOTTI, Serio. La Garanzia Costituzionale - Presupposti e Concetto. Milano: Giuffrè, 1950. 160 p.
- HORTA, Raul Machado. Estrutura, Natureza e Expansividade das Normas Constitucionais. Belo Horizonte; Revista da Faculdade de Direito da UFMG, v. 33, n. 33, p. 1-28, 1991
- LASSALE, Ferdinand. A essência da constituição. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1985. 49 p.
- MAGALHAES, José Luiz Quadros de. As garantias dos direitos fundamentais. Brasília: Revista de Informação Legislativa, v. 29, n. 115 p. 53-84, jul.-set., 1992.
- POPPER, Karl Raimund. A sociedade democrática e seus inimigos. [Tradução Milton Amado]. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959. 737 p
- RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. [Tradução Vamireli Chacon]. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. 461 p.
- RUBIO LLORENTE, Francisco & ARAGON REYES, Manuel. Enunciados aparentemente vacios em la regulacion constitucional del control de constitucionalidade. Madrid: Revistas de Estudios Políticos, v. 7, p. 161-169, 1979